

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A FILOSOFIA MORAL E A IDEIA DE HOMEM EM PIERRE CHARRON
(1541-1603)

LUIZA COSTA AGUIAR

MARIANA

2025

LUIZA COSTA AGUIAR

**A FILOSOFIA MORAL E A IDEIA DE HOMEM EM PIERRE CHARRON
(1541-1603)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade Federal
de Ouro Preto para obtenção do título de Licenciada
em História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Wanderson Ferreira

MARIANA

2025



FOLHA DE APROVAÇÃO

Luiza Costa Aguiar

A filosofia moral e a ideia de homem em Pierre Charron (1541-1603)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em História

Aprovada em 10 de março de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. Daniel Wanderson Ferreira - Orientador Universidade Federal de Ouro Preto
Mestre João Marcelo Struchi Bebianco de Amorim - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

O Prof. Dr. Daniel Wanderson Ferreira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Wanderson Ferreira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/08/2025, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0966866** e o código CRC **7243B483**.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais Celeste e Nilton por serem o meu apoio e amor incondicional, nunca permitindo que eu desistisse dos meus sonhos. À minha irmã Clara pelo carinho e compreensão que nunca faltaram. Aos meus avós Manoel, Maria de Lourdes e Milton (*in memoriam*) por todo amor e cuidado. Aos meus irmãos do coração, meus primos Augusto e Marcelo, e também aos meus tios Ronaldo, Cíntia, Maria Cândida, Cristina, Luciene e Marco Antônio. Ao meu companheiro Lucas por dividir comigo todas as alegrias e angústias da vida com muito afeto, cuidado e parceria. Aos meus grandes amigos Charles (*in memoriam*), Matheus, Murilo, Victor Hugo, Pedro e Vinícius por estarem sempre presentes, mesmo fisicamente distantes. À Maria Celeste e Lorraine por serem as melhores companheiras de jornada que eu poderia ter. Aos meus amigos de graduação Lavínia, Ana Conrado, Isadora, Guilherme, André Parreiras, Gabriel, André Martins e Chaiane. Ao Marcos, Francisco, Ana Clara, Jade, Victor, Julia, Iasmin, Pedro Henrique, Hiago, Carlos Eduardo e João Lucas por serem o mais próximo de uma família em terras ouropretanas. À Findi e Atena pelo companheirismo e por trazerem imensa alegria aos meus dias. Gostaria também de agradecer ao meu orientador Daniel Ferreira, por sempre me apoiar e acreditar no meu potencial! À equipe do Museus em Movimento, em especial ao coordenador Marcelo Abreu, por todo conhecimento e experiências adquiridas. Ao Programa Residência Pedagógica, à Escola Estadual Dom Pedro II e ao professor Giovanni Fontes por me proporcionarem uma iniciação à docência enriquecedora. Ao Centro de Extensão de Mariana (CEMAR), em especial à Janaína. Ao Departamento de História (DEHIS), aos servidores do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo compreender a filosofia moral e a ideia de homem presentes no pensamento de Pierre Charron (1541-1603), a partir da obra *Pequeno tratado de sabedoria*, publicado postumamente em 1606. A escolha do *Pequeno tratado* como fonte se justifica pelas discussões sobre religião, cristandade e racionalidade, abordadas por Charron e tão fundamentais ao debate que se constituía no começo da Época Moderna. Neste livro, Charron retomou e desenvolveu de forma sucinta o conceito de sabedoria, abordado anteriormente em *De la sagesse* (1601) e cuja repercussão causou grande polêmica no mundo letrado de então. Considerando a formação em licenciatura em História e seu caráter interdisciplinar, o texto propõe uma aproximação do texto de Charron e, diante dessas discussões em interface com a filosofia, segue-se um plano de aula voltado para segundo o Ensino Médio, com a finalidade de trazer nossas possibilidades de abordagem de temas relacionados ao pensamento humanista e o começo da Época Moderna.

Palavras-chave: Pierre Charron; sabedoria; homem; filosofia moral; Época moderna

ABSTRACT

The research aims to understand the moral philosophy and the idea of man present in the thought of Pierre Charron (1541-1603), based on the work *Petit traite de savoir*, published posthumously in 1606. The choice of *Petit traite* as a source is justified by the discussions on religion, Christianity and rationality, addressed by Charron and so fundamental to the debate that was constituted at the beginning of the Modern Era. In this book, Charron resumed and succinctly developed the concept of wisdom, previously addressed in *De la sagesse* (1601) and whose repercussion caused great controversy in the literate world of the time. Considering the formation of a degree in History and its interdisciplinary nature, the text proposes an approach to Charron's text and, in view of these discussions in interface with philosophy, a lesson plan aimed at the second high school is followed, with the purpose of bringing our possibilities of approaching themes related to humanist thought and the beginning of the Modern Era.

Keywords: Pierre Charron; wisdom; man; moral philosophy; Modernera

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
UMA BREVE APRESENTAÇÃO DE PIERRE CHARRON	9
TIPOS DE SABEDORIA, A IDEIA DE HOMEM E A FILOSOFIA MORAL EM CHARRON	12
Os tipos de sabedoria	12
A ideia de homem	13
Filosofia moral	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
PLANO DE AULA	21
Objetivos	21
Conteúdo Programático	21
Metodologia	22
Recursos Didáticos	22
Avaliação	22

INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade entre História e Filosofia sempre foi essencial para a compreensão dos mais diversos contextos, uma vez que ambas se dedicam ao estudo da existência humana em suas múltiplas formas de compreensão do mundo. Dispondo o ser humano como principal objeto de investigação, ambas as disciplinas analisam suas ações, pensamentos e formas de expressão ao longo do tempo. Dessa maneira, complementam-se e se enriquecem mutuamente. A História possibilita uma ampla compreensão sobre o surgimento das ideias, investigando como elas são moldadas e transformadas pelos acontecimentos e estruturas sociais de cada época. Já a Filosofia, além de oferecer uma reflexão crítica sobre esses processos, contribui com a História ao fornecer conceitos fundamentais e metodologias, além de diferentes perspectivas para interpretar o homem, o mundo e a si mesmo.

Desde a abertura historiográfica produzida pela Escola dos Annales e, sobretudo, a partir dos anos 1960 e 1970, com a denominada Nova História, a disciplina passou a ampliar as fontes de pesquisa, aumentando as possibilidades metodológicas e abordagens produzidas pelos historiadores (Burke, 1991). Duarte (1997, p.62), ao compreender a necessidade dessa abertura historiográfica também tece críticas ao argumento ontológico utilizado como método de pesquisa e propõe que pensemos no “ser, e portanto o ser social histórico, como devir, a perspectiva se transforma radicalmente”. Dessa forma, deixa claro que é fundamental lidar com as dimensões do que seria o homem como um processo inacabado e historicamente constituído. Ao tratar o objeto da forma e do que seria a dita natureza humana como transitório, podemos dar a ele a possibilidade de variadas interpretações ao longo do tempo, sem a necessidade de uma verdade absoluta sobre ele.

No início da Época Moderna, mais especificamente no século XVI, as temáticas da antiguidade ganharam novas configurações no centro dos debates filosóficos e, com elas, a possibilidade de novas ideias e interpretações emergiram. (Greenblatt, 2012) As transformações pelas quais passava a sociedade ocidental colocou em evidência um conjunto de questões relacionadas à forma do mundo e também à compreensão do que seria o homem. Com a descoberta da América e também em virtude do aprofundamento da crise do nominalismo, diversas questões ganharam a cena do debate religioso e letrado (Bornheim, 1996). Neste contexto, Pierre Charron (1541-1603), teólogo e moralista francês, escreveu o

Pequeno tratado de sabedoria, publicado postumamente em 1606. A partir do conceito de *sabedoria* desenvolvido por Charron, podemos encontrar pistas sobre as noções de homem, moralidade e cristandade, conforme discutidas nessa virada do século XVI para o século XVII.

Ressaltamos que este trabalho se articula em dois eixos. Por um lado, reconhecendo a importância da pesquisa historiográfica e da leitura de fontes para a formação do profissional em História, tanto no que diz respeito ao licenciado quanto ao bacharel, optamos por fazer uma leitura de fontes. Próximos à pesquisa científica produzida na área de História Moderna, nosso empreendimento foi o de buscar chaves analíticas para entender o pensamento de Pierre Charron. Por outro lado, respeitando o princípio fundamental da formação de licenciatura em História, preparamos um plano de aula. Acreditamos que a relação inseparável entre pesquisa e ensino deve constituir uma base essencial para a renovar a educação básica, daí, de certo modo, a primeira parte de nosso, cujo caráter busca interpretar o texto de Charron e situá-lo historicamente na virada do século XVI para o XVII, serviria também como instrumento de leitura para o educador que busque tomar o plano de aula e efetivá-lo em suas classes.

UMA BREVE APRESENTAÇÃO DE PIERRE CHARRON

Com a emergência da Época Moderna, de forma complexa, os homens passaram a ocupar-se dos questionamentos sobre o mundo em que o cercava. Embora a Febvre (1950) afirme que as formas de vida no século XVI fossem pautadas por uma dimensão mais ruralizada e por um sentimento de fragilidade diante do mundo, em um indício de que a vida social ainda se organizava muito mais em situações práticas diante da realização das necessidades à sobrevivência, entendemos também que certas percepções sobre o mundo circulavam na sociedade europeia. Ginzburg (2006) enfatiza justamente esse aspecto ao mostrar como o moleiro Menocchio lia as Escrituras e, tomando-as como ponto de partida, concebeu certa cosmologia sobre a origem do mundo, o que o levou à condenação pela Inquisição. Para o que nos interessa, importa ressaltar a circularidade das ideias entre estratos populares e eruditos, e entre áreas consideradas mais centrais e outras mais distantes ou mais profundamente ruralizadas. Assim, temas sobre a origem divina, a natureza das indagações sobre as coisas, o homem e mundo segundo os instrumentos mais lógicos ou religiosos de então, o conhecimento de si e do outro passaram a integrar as mais diversas discussões do período.

Stephen Greenblatt, em *A virada: o nascimento do mundo moderno* (2012), discute a emergência do pensamento humanista e a sua relação com o mundo antigo. Para ele, é importante ressaltar que não houve um completo apagamento da Antiguidade durante o mundo medieval, pois seus elementos e características permaneciam presentes em construções, escritos, hábitos e dialetos. Nota-se uma dualidade no sentimento da cristandade em relação ao passado pois, apesar de apresentar um sentimento de triunfo e superioridade a uma sociedade dissipada, ainda se vangloriava das realizações destes homens. Em razão disso, essa cultura dos antigos ainda permeava o cenário social da Europa em formação, mesmo que o interesse por ela estivesse considerado segundo uma lógica predominantemente cristã e pautada pelos debates sobre o homem e a forma e natureza do pecado. (Greenblatt, 2012, p. 97-117).

Foi por meio das discussões e textos produzidos por Petrarca (1304-1374) e seus discípulos, motivados pela paixão e curiosidade pela literatura e filosofia da antiguidade, que se estabeleceram as bases do pensamento humanista moderno. Esse processo ocorreu principalmente através de transcrições e do estudo das obras clássicas, o que permitiu certa recuperação e a valorização do conhecimento antigo em novas bases. Se, por um lado, a

historiografia clássica tende a enfatizar essa aproximação da cultura antiga como um dado de ruptura (Florenzano, 2011), Greenblatt (2012) constrói outra argumentação. Mapeando uma emergência dessa relação entre antigos e modernos em uma base que enfatiza as continuidades, Greenblatt mostra como, em virtude de novas configurações sociais, a busca por explicações místicas e religiosas relacionadas à leitura das Escrituras trouxe impactos imprevistos para a própria forma de se ver o mundo antigo. Por sua vez, Hartog (2003, p.113-154) analisa como essa relação complexa em que os antigos constituíam a base da cultura cristã ocidental permitiu uma nova composição da forma do que seriam os homens modernos. Nesse sentido, a concepção do novo e das leituras clássicas ganharam novos desdobramentos, principalmente a partir do século XV. O dito pensamento humanista funcionou, portanto, a partir dos princípios fundamentais dessa imagem do ressurgimento e a incorporação do pensamento antigo, não apenas com o objetivo de preservá-lo, mas também de transformá-lo em algo novo. Segundo Greenblatt (2012), esses estudiosos desempenharam um papel essencial na difusão das obras da antiguidade pelo território europeu, garantindo que as ideias e os valores fossem incorporados aos debates filosóficos da modernidade. Por sua vez, para Bignotto (2012), esses *studia humanitatis* permitiram a constituição de um vocabulário e um conjunto de questões em comum. Apesar de não constituírem uma escola filosófica, organizou-se como problema a investigação sobre a vida, a natureza dos homens e também de Deus.

A partir da influência do pensamento antigo e das constantes transformações ocorridas por esta nova forma de pensar no mundo, novas interpretações surgiram para alimentar o diálogo sobre a forma do mundo e do homem. Diante deste panorama, destaca-se o orador e teólogo parisiense Pierre Charron (1541-1603) autor dos livros *De la sagesse* (1601) e *Pequeno tratado de sabedoria* (1606). Seus escritos possuíam um forte caráter moral e duras críticas ao pedantismo e ao “vulgo”, considerado por ele como comum ou popular, isento de espírito crítico. *De la sagesse*, seu mais notável e polêmico texto, apresenta de forma ácida e bem detalhada o seu conceito de sabedoria. Nesse texto, ele explica as características e a postura de um homem sábio perante a sociedade. Como consequência de sua abordagem, sofreu inúmeras denúncias, seus livros foram incluídos no Index, mesmo após suas tentativas de publicar uma segunda edição da obra, com correções e detalhamentos sobre algumas passagens. (Maia Neto, 2003)

A reação de *De la sagesse* motivou Charron a escrever o *Pequeno tratado de sabedoria*, publicado postumamente em 1606. (Charron, 2006, p.8) Charron nos apresenta

esse pequeno texto como um prefácio para seu livro anterior, e essa retórica em um tom ameno, porém cercado de ironia servia como estratégia para lidar com a polêmica que havia envolvido *De la sagesse*. De certa forma, seria possível ler o *Pequeno tratado* como participante do movimento das ideias do livro anterior.

O tema do *Pequeno tratado de sabedoria* estava ligado aos tipos de sabedoria existentes e os traços que um homem sábio detém. Ao realizar tais distinções, Charron defendeu a liberdade de pensamento do homem perante Deus e a sociedade. Outro importante ponto presente no *Pequeno tratado* são as ideias de homem, racionalidade e liberdade.

TIPOS DE SABEDORIA, A IDEIA DE HOMEM E A FILOSOFIA MORAL EM CHARRON

Os tipos de sabedoria

Em *Pequeno tratado de sabedoria*, Charron discorreu sobre o conceito de *sabedoria*, adaptado do prefácio de *De la sagesse*, buscando evitar equívocos e acusações que antes haviam sido feitas pelo leitor. Para Charron, a palavra *sabedoria* era dotada de um sentido usurpado, pois popularmente corresponde a uma singularidade, ao “acima do comum e do ordinário”, podendo ela também ser utilizada para fins maliciosos. (Charron, 2006, p.17). Portanto, tanto um homem que visa ao bem viver e à harmonia social, quanto um tirano, podiam ser considerados sábios. Diante dessa visão, poucos seriam aqueles considerados sábios e, por isso, possuiriam o poder natural de guiar os indivíduos e comandar sociedades.

Para evitar equívocos no significado de *sabedoria*, Charron divide a ideia de sabedoria em três classes, sendo elas a divina, a humana e a mundana. A sabedoria divina pertenceria somente a Deus, sendo única e inalcançável. Para ele, tratava-se de algo superior, daí exaltar a perfeição divina perante os mortais. Pode ser considerada dupla por ter duas vertentes de estudo: a primeira seria a metafísica, sendo seu estudo um ofício dos filósofos. A segunda compreensão estaria encarregada aos teólogos, sendo relacionada ao entendimento das leis divinas e da sua aplicabilidade no mundo. Já a sabedoria mundana diria respeito ao “vulgo”. Ela seria pertencente ao senso comum, e deveria ser condenada de todas as formas por seu desregramento. (Charron, 2006, p.18-19) Há uma outra classe criticada por Charron, que seriam os pedantes, “eles são guarnecidos de aquisições e de ciência” (Charron, 2006, p.51), mas desprezam as leis divinas e naturais, crendo que apenas o pensamento científico seria suficiente para que eles se tornassem sábios.

Já a sabedoria humana, da qual o livro trata, seria rara, sendo encontrada apenas em quem compreende que sua prática não seria apenas voltada para uma postura externa ou a uma extrema singularidade. A sabedoria humana estaria vinculada à maneira como o indivíduo se entende e como ele se coloca diante de si e do mundo. O estudo desta forma de sabedoria estaria o cargo do filósofo, quem dedicaria seu ofício ao domínio do particular e do público, e no ensinamento do bem e do útil para sua comunidade e império. Segundo Charron:

“Dizemos, então, naturalmente e universalmente com os filósofos e com os teólogos, que esta Sabedoria humana é uma retidão, bela e nobre composição do homem inteiro em seu interior, seu exterior, seus pensamentos, palavras e ações e todos os seus movimentos” (Charron, 2006, p.22).

Para que uma pessoa fosse considerada sábia, para Charron, ela precisaria adquirir a sabedoria no decorrer de sua vida. Duas maneiras seriam apontadas como meio de lograr tal feito: a primeira estaria ligada ao lugar de nascimento e ao seio familiar. Se o indivíduo possui boa educação e uma alimentação que o possibilita um crescimento saudável, ele possui grande disposição para adquirir a sabedoria. Já a segunda possibilidade estaria no estudo da filosofia da moral, o que conduziria o homem ao exercício do bem nos âmbitos privado e público, libertando-o do estágio natural de selvageria que vem ao mundo. (Charron, 2006, p.23)

Como forma de se reconhecer o sábio, Charron apresentou os traços essenciais que o constituíram e que, segundo Maia Neto (in Charron, 2006, p.8), poderiam ser assim elencados: conhecer a si mesmo e a condição humana; regular sua vida externa de acordo com as leis e os costumes; isentar-se de paixões, a tudo julgar; não se obrigar a nada; por fim, como fundamental a *preud'hommie* — o que, segundo Maia Neto seria definido como “virtude autônoma e exclusivamente humana, jamais motivada por considerações extrínsecas, seculares ou religiosas”. Por último, seguir a natureza e a razão seriam os elementos finais do caráter do sábio.

A ideia de homem

A emergência do mundo sensível possibilitou, o exercício da alteridade, ou seja, compreender a si e ao outro através do reconhecimento da diferença. Diante deste novo olhar, Bornheim (1996) nos chama a atenção para a dicotomia presente nos debates sobre a ideia de homem. Por um lado, a partir de *Ensaio*, de Montaigne, Bornheim (1996) identifica a defesa da formação do homem diante da realidade. Nesse texto, Montaigne procuraria em terras brasileiras um modo de compreender a visão do ameríndio, deparando-se com o desconhecido: o “bom selvagem”. O método de Montaigne, exploraria, assim, por essa leitura, o desconhecido, o mutável e o inacabado como forma de se compreender a condição humana. As individualidades seriam dadas a partir de sua sensibilidade e imaginação (Bornheim, 1996, p.61-62), mas também pela racionalidade. Por outro lado, a partir do século XVII, delimitavam-se novos parâmetros para pensar o homem na Época Moderna. A

construção do homem racional por Descartes ligava-se ao conceito de animal político de Aristóteles, daí Bornheim entender que essa noção se fundamenta no entendimento de que o ser humano fora criado pela natureza, mas que possui o ato da fala e seria, portanto, um ser dentro de uma comunidade com outros sujeitos com a mesma característica. Dessa noção de homem como ser social, Descartes teria produzido a noção de homem racional, ao separar corpo e mente. Descartes defende que por ser pensante, o homem é superior às demais criaturas e sua alma parte de uma dualidade presente neste ser, porém com a predominância da alma por permitir ao sujeito pensar criticamente (Bornheim, 1996, p.61).

Estas eram apenas duas das inúmeras perspectivas sobre o que seria o homem, melhor dizendo, essas noções diziam respeito a algumas possibilidades de definição do homem durante a Época Moderna. Em Charron, de modo mais específico, todo homem é racional e é visto com a capacidade de pensar criticamente sobre si, sobre o mundo e sobre Deus. Mas para tornar-se um sábio, seria necessário, entretanto, que o homem se adequasse e respeitasse traços essenciais, sendo o principal deles a obediência às leis naturais. O homem que se recusa ao cumprimento de tais qualidades, estaria fadado a permanecer vulgo e estar preso à vida mundana por seu desregramento (Charron, 2006, p.46). Outra opção seria a de pertencer à classe dos pedantes, cujo conhecimento de nada serve pois eles não possuem em si o espírito necessário para se viver como um sábio (Charron, 2006, p.55). Por isso, é importante ressaltar que em Charron a razão aparece como um exercício filosófico, sendo opcional aplicá-la em uma vivência individual.

Tudo isso não descarta a possibilidade de as ideias de Charron estarem em diálogo com a de outros filósofos. Podemos perceber pontos convergentes com Montaigne e também com Descartes, muito embora tenhamos em vista que Descartes é historicamente posterior a Charron. A questão é de outra natureza: dadas as condições de emergência do pensamento cartesiano, Descartes não os teria retirado do vazio, mas os teria construído em opções históricas específicas e delimitadas. A aposta, então, é menos em uma linhagem e mais em uma aproximação que nos permita situar as possibilidades e configurações do pensamento de Charron, lendo-o diante das propostas analíticas de Bornheim (1996). Em todo caso, o importante é destacar que, diante desses debates, Charron precisa ser considerado como um ser único e pensante, produtor de uma forma específica de ideias, cuja forma de ver o mundo possibilitava uma ideia de homem também própria, mesmo que bem situada historicamente em uma rede de diálogos e enfrentamentos sociais.

Diante disso, parte do argumento de Charron apela para o conhecimento de si e do mundo que o rodeia e, conseqüentemente, do homem, seja ele sábio ou “pedante”. E, após este exame, o indivíduo perceberia a verdadeira condição a que o homem estaria atrelado: “finalmente ele certamente aprenderá que o homem é, na verdade, por um lado uma coisa muito medíocre, fraca, lastimosa e miserável, e terá compaixão” (Charron, 2006, p.28). Nota-se que durante esse exercício de autoanálise, Charron buscava compreender quem seria este homem, sua origem, hábitos e pensamentos, exercício próximo ao de Montaigne por considerar a condição de cada sujeito. (Bornheim, 1996, p.61)

Em outro momento, Charron enfatiza que “todos os Sábios e mais insignes filósofos fizeram profissão expressa de duvidar, de inquirir e de buscar” (Charron, 2006, p.39). Então, ao afirmar a racionalidade do homem sábio, Charron também descreve o homem sábio como um ser extremamente racional, ao afirmar que “seguir a razão é a verdadeira liberdade e o verdadeiro domínio” (Charron, 2006, p.32). Charron evidenciava a racionalidade como parte fundamental do homem sábio, pois sem ela, não haveria desenvolvimento dos traços necessários para alcançar a Sabedoria. Por isso, ao afirmar que a razão é abrangente a todos os homens, Charron possui pontos semelhantes ao que seria futuramente o princípio da universalidade presente na filosofia de Descartes. (Bornheim, 1996, 60)

Filosofia moral

Partindo do pressuposto de que o *Pequeno de tratado de sabedoria* apresentava os traços necessários para que um homem fosse considerado um sábio, logo, concordamos com Maia Neto (2006, p.8) sobre ser possível afirmar a íntima ligação do texto com a filosofia moral. Ela se relaciona a uma forma ética de se estar no mundo, estabelecendo, em Charron, um princípio ligado ao conceito de *sabedoria* como um conjunto de parâmetros e características essenciais para a vida pública e privada do indivíduo. Também traçaria uma relação entre a razão e a capacidade do homem de julgar e agir de acordo com os princípios morais (Charron, 2006, p.27).

O segundo traço presente no argumento de Charron diz respeito ao “regar-se inteiramente ao nível das leis, dos costumes, dos hábitos e das cerimônias de seu país”, o que apresentaria forte carga moral ao defender que o sábio necessita enquadrar-se a certo contexto social para evitar que sua postura seja interpretada por outrem como desviante, ou até mesmo

como loucura. Por isso, ele deve seguir os costumes e as leis de maneira contida, para si mesmo, “pois está acima delas e não precisa delas, elas são requeridas para o homem comum” (Charron, 2006, p.22). Assim, o sábio diferencia-se do vulgo ao ter dentro de si a inteligência necessária para viver à sua maneira sem ofender a sua comunidade.

Ao apresentar o terceiro, quarto e quinto traços da Sabedoria, Charron fala da liberdade. Ela é necessária ao sábio para afastar-se de paixões e superstições que corrompem o espírito e o impedem de pensar racionalmente. No terceiro aspecto, Charron afirma que é requerido do sábio pensar por si e confiar apenas em seu próprio julgamento, a fim de evitar opiniões populares e fracas ao espírito. A segunda parte da liberdade diz respeito à capacidade de “examinar e julgar todas as coisas” (Charron, 2006, p.32), pois o julgamento é seu ofício inato, pois “o sábio não deve deixar levar como búfalo, não deve acolher opiniões sem entrar em análise e discussão, nem receber ligeiramente tudo que se lhe apresenta, ainda que seja plausivelmente aceito por todos” (Charron, 2006, p.33). O último tópico “é uma suspensão e indiferença do juízo” e, conseqüentemente, o homem mantém-se livre ao não se obrigar e se afetar por coisa alguma, estando aberto ao reconhecimento da pura verdade, sempre exercendo seu julgamento sob todas as coisas.

O sexto tópico que comporia a sabedoria é relativo à uma “*preud’hommie* fortes e firmes” (Charron, 2006, p.43), englobando todas as virtudes morais. O homem, ao se reconhecer como tal, possui a obrigação moral de ser bom e correto. Caso contrário, o homem deixa de ser um, tomando a postura de ir contra si mesmo e sua própria natureza. Para ser um homem bom e virtuoso, ele deve, acima de tudo, querer sê-lo inteiramente e possuir “uma *preud’hommie* essencial e invencível, que se sustente por si mesma e por sua própria raiz” (Charron, 2006, p.44). Dentre suas principais características, a justiça é a qualidade mais importante, pois o sábio será justo e cumprirá seus deveres perante a Deus, ele mesmo e ao próximo. Sendo a justiça divina a mais importante e moral dentre todas as outras, e o sábio o conhecimento deste fato, através da religião, ele honrará, servirá e cumprirá todas as suas obrigações perante a Deus (Charron, 2006, p.45-46).

O sétimo e último traço apresentado por Charron é “voltar a vista e o pensamento para as leis da natureza, sempre acreditar nela e segui-la como regra primeira, soberana, universal e infalível que é” (Charron, 2006, p.46). Este tópico une todos os anteriores, e nele podemos analisar a qualidade do sábio em sua totalidade. O princípio fundamental da natureza encontra em primeiramente em Deus, pois a ele o ser humano deve sua capacidade de pensar

racionalmente. Para Charron, a lei natural é o fio condutor do homem e todas as leis posteriores são como uma espécie de ramificação desta, o desregramento e os vícios estão atrelados à falta de crença na lei primeira, que é a natureza. Portanto, o sábio será capaz de segui-la e contemplá-la sempre obedecendo a ordem natural das coisas (Charron, 2006, p.47-48).

A partir do conceito de *sabedoria* apresentado por Charron, seria possível verificar como a filosofia moral e a ideia de homem são essenciais para o entendimento do que representa ser um sábio. Ao distinguir os diferentes tipos de sabedoria, Charron enfatizava que apenas a sabedoria humana poderia conduzir o indivíduo à vida uma virtuosa e regrada, desde que ele se submeta ao exercício contínuo da razão e da prática da moralidade. Assim, Charron mostrava que a *sabedoria* pode ser construída pelo homem por meio do estudo da moralidade. Por isso, ela escapa ao extraordinário e tem seu lugar na moderação e na disciplina. (Charron, 2006, p.24)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre as leis da natureza e as leis divinas aparece no *Pequeno tratado de sabedoria* como um ponto importante da argumentação de Pierre Charron. Ao definir a sabedoria divina como excepcional, perfeita e inalcançável, Charron demonstra sua crença em Deus e na sua superioridade diante às demais criaturas (Charron, 2006, p.19). Porém, seus argumentos a favor da racionalidade e do pensamento livre e individual causam-nos estranhamento e constroem ambiguidade para a compreensão das relações entre crença e investigação racional.

Esta ambiguidade na postura de Charron leva-nos a concordar com a hipótese de Maia Neto de que Charron seria um deísta, ou seja, acreditava apenas na divindade superior, e apoia-se na razão, sendo livre de religiões (Maia Neto, 1996). Ao contrário das acusações feitas no período da publicação de *De la sagesse*, Charron não poderia ser considerado um ateu, pois a divindade é parte de seu argumento, ela é a razão primeira de tudo que existe. “É Deus mesmo, ou então a lei primeira, original e fundamental, sendo Deus e a natureza no mundo como o Rei e a lei em um Estado” (Charron, 2006, p.46).

No século XVI, a cristandade ocupava o centro da vida do homem, e Febvre (2009), ao estudar os romances de Rabelais, descreve que a cristandade ocupava os cenários da vida dos homens em dimensões públicas e privadas. Febvre compreende ainda que afirmar uma mudança completa na mentalidade do homem com abertura para o ateísmo seria uma percepção anacrônica, muito embora a acusação de ateu tenha aparecido entre os séculos XV e XVI. Para ele, a religião, “do nascimento à morte, estendia-se toda uma cadeia de cerimônias, de tradições, de práticas” (Febvre, 2009, p.292). Desse modo, haveria uma certa moldura cristã e uma certa relação de crença constitutiva e orientadora do vocabulário e da vida social, de forma a ser preciso entender que a acusação de ateísmo estaria mais ligada à crítica de outros em posições de diferença, principalmente diante da ruptura religiosa produzida pela Reforma (Febvre, 2009, p.292 e seguintes).

Diante disso, ao tratar sobre as leis da Natureza, Charron as compreendia como uma criação divina e causa primeira de todas as coisas. Ao propor ao sábio que seguisse sempre as leis da naturais, Charron as percebia como universais e perfeitas, como um reflexo de Deus. Deus dotou todo homem de razão, luz própria e capacidade de viver uma vida de acordo com

as leis naturais, e apenas o vulgo não capaz de segui-la, desrespeitando a Deus, ao próximo e a si mesmo (Charron, 2006, p.46).

Outro ponto interessante presente no texto estaria ligado à preocupação de Charron tanto com as leis da Natureza humana quanto com a *sabedoria* humana, que jamais deixariam de estar vinculadas ou depender da benevolência e benção divina. Para ele, o sábio não podia e nem pretendia ocupar o lugar de Deus. Por isso, o homem que seguia bem as leis naturais possuía o entendimento de sua inferioridade, vendo nas qualidades morais um meio de se alcançar e manter a graça divina: “aquele que segue o máximo que pode as virtudes morais, naturais e humanas convida e dá ocasião a Deus de dar-lhe as primícias e gratificá-lo com as virtudes sobrenaturais e divinas” (Charron, 2009, p.49).

Charron condenava o homem, e mais especificamente o filósofo pedante, que por meio da persuasão e de nenhum seguimento das leis naturais, tentava ocupar o posto de Deus, pondo-se como dono de uma verdade absoluta. Para ele, “não tendo nenhum sentimento de *preud’homme*, estes [os pedantes] acreditam conseguir essa graça alhures”. (Charron, 2006, p.49). Por essa razão, Charron concluía que “essa sabedoria humana é via para a divina; a lei da natureza é via para a graça” (Charron, 2006, p.50), sendo impossível ao homem adquiri-la de outra forma.

Essas questões parecem-nos fundamentais para situar dois aspectos importantes para a leitura de Charron diante de uma análise historiográfica sobre o começo da Época Moderna. Por um lado, ao percebermos uma postura fluida ou filosoficamente orientada para pensar no homem como ser racional, crítico e capaz de exercitar uma compreensão social e historicamente situada, a leitura de Charron leva-nos a romper com certa rigidez de uma compreensão do Ocidente no começo da Época Moderna segundo uma base puramente alinhada ao empreendimento científico e racionalmente conduzido em bases universalistas, o que ainda aparece como problema interpretativo, tal como afirma Delumeau (Delumeau, 2004). Por outro lado, ao percebermos uma perspectiva filosófica flexível e crítica associada ao temor a Deus, parece-nos fundamental não deixar de lado o caráter místico que atravessava a sociedade moderna no século XVI e começo do século XVII. Alinhados a Febvre (2009) e também a Lebrun (2009), entendemos a importância de abandonar uma certa perspectiva empreendedora de homem do Renascimento, como se estivéssemos lidando com figuras super heróicas (cf. Burckhardt, 2009, p.81-103).

Portanto, parece-nos importante afirmar que ao trabalhar o conceito de *sabedoria*, Charron defendia tanto a razão quanto a impossibilidade de se abandonar Deus em uma experiência de vida no mundo. Esses elementos estariam presentes em sua concepção de homem, pautada por uma afirmação do homem como ser dotado de razão, pensamento crítico e de meios para tornar-se um sábio. Ao mesmo tempo, porém, o homem sempre demonstraria sua inferioridade perante a Deus. O exercício da sabedoria, nesse sentido, seria uma postura de empreendimento da construção de si, em uma postura mística e sobretudo eticamente orientada para uma vida mais coerente e pautada em princípios públicos e privados. O cumprimento das leis da Naturezas e das regras morais poderiam colocar este homem em um estágio superior ao do vulgo e ao do pedante. Seriam ainda o meio para que o homem alcançasse a graça divina, estágio máximo de uma vida sábia.

Referências bibliográficas

Fonte primária

CHARRON, Pierre. *Pequeno tratado de sabedoria*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Livros e artigos consultados

BURCKHARDT, Jacob. O desenvolvimento do indivíduo (p.81-103). in *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BIGNOTTO, Newton (2013). *O Humanismo e a linguagem política do Renascimento: o uso das Pratiche como fonte para o estudo da formação do pensamento político moderno*. Caderno CRH, 25(2). <https://doi.org/10.9771/ccrh.v25i2.19446>. Caderno CRH. Salvador, v.25, p.119-131, 2012.

BORNHEIM, Gerd. *O bom selvagem como philosophe e a invenção do mundo sensível*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1991.

DELUMEAU, Jean. O renascimento como reforma da Igreja. In *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 2004.

DUARTE, Regina. Nietzsche e o ser social histórico ou da utilidade de Nietzsche para os estudos históricos, *Cadernos Nietzsche*. v. 2, p. 55-65, 1997.

FEBVRE, Lucien. *O homem do século XVI*. Revista de História, v. 1, n. 1, p. 3-17, 1950. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34815/37553>> Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

_____. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FLORENZANO, Modesto. O (conceito de) Renascimento: do zênite ao nadir, Aula Inaugural do Programa de Pós-graduação em História Social-USP, 2011. Disponível em: <<https://revhistoria.usp.br/blog/?p=264>>. Acesso em 02/02/2025.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GREENBLAT, Stephen. *A virada: o nascimento do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UnB, 2003.

LEBRUN, François. As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal (p.76-112). In CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada, vol.3, Da Renascença ao Século das Luzes*. Coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MAIA NETO, José Raimundo. *O tratado dos três impostores e as reações judaicas ao ataque libertino à revelação*. Arte e Pensamento, 1996. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/o-tratado-dos-tres-impostores-e-as-reacoes-judaicas-ao-ataque-libertino-a-revelacao/?sf_action=get_data&sf_data=all&_sf_s=ocidente&_sfm_data=1982+2017&sf_paged=5>. Acesso em 22/02/2025.